



J P M

*IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
Relatório sobre as Demonstrações contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021*

**IEPÉ - INSTITUTO DE PESQUISA E
FORMAÇÃO INDÍGENA**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020



Índice	Página
Relatório dos auditores independentes	03
Balancos patrimoniais	06
Demonstrações de resultados	07
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	08
Demonstrações dos fluxos de caixa	09
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Coordenador Executivo do
IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Reponsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de setembro de 2022.



CRC 2SP024410/O-5



Deul J. Pereira
Contador 1SP102.800/O-0

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$)

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.358.560	9.559.841
Adiantamentos e outros créditos	6	325.880	171.406
Despesas antecipadas		1.073	1.962
		11.685.513	9.733.210
Não circulante			
Imobilizado	7	477.401	449.603
Outras contas a receber		10.800	10.800
		488.201	460.403
Total do ativo		12.173.714	10.193.613
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO			
Circulante			
Recursos vinculados a projetos	8	8.581.845	7.487.397
Obrigações e encargos sociais	9	529.236	344.404
Contas a pagar		65.942	14.455
		9.177.023	7.846.256
Não circulante			
Receita diferida	3g	417.726	389.929
		417.726	389.929
Total do passivo		9.594.749	8.236.185
Patrimônio líquido			
	10		
Superávit acumulado		1.587.978	1.536.065
Fundo rescisório		470.240	369.450
Superávit do exercício		520.747	51.913
		2.578.965	1.957.428
Total do passivo e patrimônio líquido		12.173.714	10.193.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$)

RECEITAS	Nota	2021	2020
Receitas de projetos	12	22.386.208	13.214.869
Outras receitas	13	735.294	971.651
		23.121.502	14.186.520
CUSTOS E DESPESAS			
Custos dos programas	14	14.373.557	9.272.385
Despesas administrativas e gerais	15	2.043.665	872.934
Despesas com pessoal	16	6.499.579	4.147.664
		22.916.801	14.292.983
Resultado operacional antes do resultado financeiro		204.701	(106.463)
Receita financeira		364.725	201.893
Despesa financeira		(48.679)	(43.517)
Resultado financeiro		316.046	158.376
Superávit do exercício		520.747	51.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$)

	Superávit acumulado	Fundo rescisório	(Déficit) Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.609.474	322.826	(74.662)	1.857.638
Transferencia entre contas	(74.662)		74.662	-
Utilização do fundo rescisório		(49.197)		(49.197)
Reversão do fundo rescisório	1.253	(1.253)		-
Acréscimo do fundo rescisório		89.412		89.412
Rendimento financeiro		7.662		7.662
Superávit do exercício			51.913	51.913
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.536.065	369.450	51.913	1.957.428
Transferencia entre contas	51.913		(51.913)	-
Utilização do fundo rescisório		(25.369)		(25.369)
Acréscimo do fundo rescisório		107.428		107.428
Rendimento financeiro		18.731		18.731
Superávit do exercício			520.747	520.747
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.587.978	470.240	520.747	2.578.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	2021	2020
Superávit do exercício	520.747	51.913
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício:		
Aumento do fundo rescisório e rendimento financeiro	126.159	97.074
Valor residual de imobilizado baixado	-	775.181
Utilização do fundo rescisório	(25.369)	(49.197)
Depreciação	123.988	155.467
	745.525	1.030.438
(Aumento) redução de ativos:		
Outros créditos	(150.999)	(56.125)
Despesas antecipadas	889	378
	(150.110)	(55.747)
Aumento (redução) de passivos:		
Obrigações e encargos sociais	184.832	37.857
Recursos vinculados a projetos	1.090.973	3.366.862
Contas a pagar	51.487	(81.832)
Receita diferida	27.797	60.680
	1.355.089	3.383.567
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.950.504	4.358.258
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado	(151.785)	(993.165)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(151.785)	(993.165)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.798.719	3.365.093
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9.559.841	6.194.748
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	11.358.560	9.559.841
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.798.719	3.365.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Aspectos institucionais

O IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena foi fundado em 2002, sendo uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, com sede na Rua Professor Monjardino, 19, no município de São Paulo – SP. De acordo com o artigo 5º do estatuto, o IEPÉ tem como finalidade a promoção de ações de:

- Pesquisa, formação e educação voltadas aos povos indígenas que se encontrem em território nacional, inclusive por meio da concessão de bolsas de estudos;
- Valorização e difusão da cultura indígena;
- Gestão ambiental e territorial e treinamento em proteção e fiscalização;
- Pesquisas de antropologia aplicada;
- Acompanhamento e aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para o bem-estar dos povos indígenas;
- Divulgar, por qualquer meio, informação e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros correlatos às suas atividades;
- Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena – Ater Indígena;
- O desenvolvimento sustentável e a proteção, defesa, preservação e conservação do meio ambiente em geral;
- Formação e capacitação sobre temáticas relacionadas aos povos indígenas e ao meio ambiente de forma a qualificar gestores públicos, lideranças indígenas ou quaisquer outros agentes interessados.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 30 de setembro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outras, a gestão de risco financeiro (nota 4).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Entidade utilizando taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda de câmbio de itens monetários é a diferença entre o custo da moeda funcional no início do período, ajustado por pagamentos realizados durante o período e o custo em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente nas datas de origem. A Entidade possui como ativos financeiros não derivativos aqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos.

Outros créditos

São ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Posteriormente, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável, através da constituição da provisão para perdas com créditos cuja política utilizada se baseia na avaliação da expectativa de realização dos referidos créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores e outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

c) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação, quando existentes, são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação ou doação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas operacionais.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permite que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada sobre o valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente são as seguintes:

Computadores e periféricos	20 %
Máquinas e equipamentos em geral e móveis e utensílios	10 %

Os critérios de depreciação e a estimativa de vida útil são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

d) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativo de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual. A Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

e) Benefícios a empregados

Obrigações a empregados relativamente a benefícios de curto prazo são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pela Entidade não há qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

f) Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. Quando aplicável, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício.

g) Receita diferida

Os recursos decorrentes de projetos que são aplicados na aquisição de ativo imobilizado são reconhecidos como receita diferida no passivo não circulante e são transferidos para o resultado do exercício, conforme o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação ou baixas do ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo era de R\$ 417.726 (R\$ 389.929 em 2020).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

h) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. Para os projetos cujos recursos foram aportados por financiadores que requerem a prestação de contas, as receitas são reconhecidas em valor equivalente aos gastos dos referidos projetos, de modo que seja nulo o resultado do confronto entre as despesas e as receitas apropriadas.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras referem-se, entre outras, a tarifas bancárias, encargos sobre pagamentos de tributos e títulos em atraso e imposto sobre operações financeiras.

j) Isenções e renúncia fiscal

A Entidade por ser sem fins lucrativos, enquadrada no art. 15 da Lei nº 9.532/97, é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL incidentes sobre o superávit do exercício. Ela está sujeita a determinados tributos sobre receitas, quando devidos, como o PIS, COFINS e ISS. Excetuadas as receitas das atividades próprias, estão sujeitas ao PIS e COFINS pela forma cumulativa. O ISS é devido quando aplicável pela legislação do município que o exigir.

4. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações contábeis é:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	11.358.560	9.559.841
Adiantamentos e outros créditos	325.880	171.406
Despesas antecipadas	1.073	1.963
	11.685.513	9.733.210

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2021 um ativo circulante de R\$ 11.685.513 (R\$ 9.733.210 em 2020) para um passivo circulante de R\$ 9.177.023 (R\$ 7.846.256 em 2020), o que representa uma liquidez de R\$ 2.508.490 (liquidez de R\$ 1.886.954 em 2020).

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o mesmo ocorrendo para os ativos circulantes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	13.739	1.373
Bancos conta movimento	191.698	24.716
Aplicações financeiras (a)	11.153.123	9.533.752
Total	11.358.560	9.559.841

(a) Aplicação em títulos de renda fixa

6. Adiantamentos e outros créditos

Adiantamentos a empregados	141.510	86.342
Adiantamentos de despesas	167.802	70.926
Impostos a compensar	13.075	14.138
Recursos de projetos a receber	3.493	-
	325.880	171.406

Notas explicativas às demonstrações contábeis

7. Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação em 2021

Custo	01.01.2021	Adições	Baixas	31.12.2021
Máquinas e equipamentos	148.564	27.448	-	176.012
Computadores e periféricos	604.276	94.934	-	699.210
Móveis e utensílios	73.344	29.403	-	102.747
	826.184	151.785	-	977.969
Depreciação				
Máquinas e equipamentos	51.031	14.555	-	65.586
Computadores e periféricos	298.485	101.048	-	399.533
Móveis e utensílios	27.065	8.384	-	35.449
	376.581	123.987	-	500.568
Valor líquido	449.603	27.798	-	477.401

Movimentação em 2020

Máquinas e equipamentos	131.664	183.302	166.402	148.564
Computadores e periféricos	459.329	757.269	612.322	604.276
Móveis e utensílios	69.113	52.593	48.361	73.344
	660.106	993.164	827.085	826.184
Depreciação				
Máquinas e equipamentos	37.405	19.689	6.062	51.031
Computadores e periféricos	215.747	126.925	44.187	298.485
Móveis e utensílios	19.867	8.853	1.656	27.065
	273.019	155.467	51.904	376.581
Valor líquido	387.087	837.697	775.181	449.603

Notas explicativas às demonstrações contábeis

8. Recursos vinculados a projetos

A Entidade contabiliza no passivo circulante os recursos recebidos de financiadores e que ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo era de R\$ 8.581.845 (R\$ 7.487.397 em 2020), com a seguinte distribuição:

Financiador	2021	2020
RFN/RCA	-	715
Embaixada da Noruega	3.392	843.023
RFN/Pacote	389	201
RFN RCA/Clima	389	-
RFN RCA Foreco	19.104	-
RFN Foreco IEPE	463	-
RFN IEPE Norad	2.425	-
Poema	68.850	25.335
Gordon and Betty Moore Foundation	1.919.365	739.979
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário	-	143.432
Fastenopfer RCA	393.014	-
Ford Foundation RCA	778.096	854.828
Ford Foundation Zoe	1.171.240	1.332.289
TNC OYK 2020	39.975	44.017
CESE	-	10.000
Nia Tero Foundation	1.001.399	1.255.410
Embaixada da França	7.765	1.853.822
The Full Circle	179.301	384.346
Race & Equality	58.238	-
Unesco	26.996	-
AFD	2.623.457	-
Clima e Sociedade	287.987	-
	8.581.845	7.487.397

9. Obrigações e encargos sociais

Férias e encargos sociais	502.227	344.404
Obrigações sociais e trabalhistas	25.369	-
Tributos a pagar - Folha	1.097	-
Impostos e contribuições	543	-
	529.236	344.404

Notas explicativas às demonstrações contábeis

10. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit e diminuído do déficit apurados anualmente desde a data da sua constituição.

De acordo com o estatuto social, em caso de dissolução do Instituto, com base em decisão tomada em Assembleia Geral, seu patrimônio será destinado, preferencialmente, a outra ou outras instituições sem fins lucrativos congêneres com personalidade jurídica, sede e atividade em território nacional.

11. Isenção tributária

Tendo em vista que o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está imune ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os superávits apurados.

12. Receitas de projetos

Descrição	2021	2020
RFN Foreco IEPÉ 2021	5.252.913	1.252.449
RFN Norad IEPÉ 2021	1.415.862	-
Embaixada da Noruega	1.302.640	426.098
Embaixada da França	1.868.569	2.419.408
Gordon e Betty Moore Foundation	3150.369	2.319.331
Nia Tero Foundation	5.324.802	2.858.071
POEMA e. V. Armut und Umwelt in Amazonien	165.084	124.422
TNC - The Nature Conservancy	412.753	183.240
Ford Foundation RCA 2021	348.419	103.468
Porticus	-	167.548
RFN Norad RCA 2021	883.643	3.356.541
RFN Foreco RCA 2021	590.189	-
Ford Zoe	161.048	-
The Full Circle	205.044	4.079
Race & Equality	66.175	-
Unesco	131.430	-
Fastenopfer RCA	56.163	-
RFN Foreco IEPÉ	709.034	
Extensão Pacote 2020	333.336	
Organizações diversas	8.735	214
	22.386.208	13.214.869

.20

Notas explicativas às demonstrações contábeis

13. Outras receitas	2021	2020
Baixa imobilizado da receita diferida	123.988	929.954
Receita de overhead	527.965	-
Doações Institucionais - Pessoa física	9.350	30.360
Doação - Pessoa jurídica	73.991	11.337
	735.294	971.651
14. Custos dos programas		
Consultorias	624.571	1.003.689
Serviços	2.448.900	969.212
Materiais	5.702.032	3.278.060
Viagens, hospedagem e transportes	5.058.844	2.493.844
Comunicação	519.503	87.985
Outros custos	19.707	1.439.595
	14.373.557	9.272.385
15. Administrativas e gerais		
Assessoria contábil e jurídica	201.786	65.718
Telefone e comunicação de dados	183.500	72.256
Aluguel e seguro	186.586	127.823
Água, esgoto e energia elétrica	18.937	20.043
Serviços e materiais de manutenção	127.423	67.561
Material de consumo e de escritório	53.192	65.527
Informática: Material, licença software e manutenção	114.749	20.345
Serviço de mensageiro	82.923	10.767
Tributos e taxas	100.885	93.421
Depreciação	123.987	155.467
Outras despesas gerais	849.697	174.005
	2.043.665	872.934

Notas explicativas às demonstrações contábeis

16. Despesas com pessoal

	2021	2020
a. Folha de pagamento		
Salários	2.574.269	1.941.118
Férias	339.759	264.289
13º salário	226.368	171.232
INSS	759.119	594.715
FGTS	365.323	268.474
PIS	29.681	23.067
Assistência Médica	430.679	271.125
Aviso prévio indenizado	11.646	32.426
Seguro de vida	32.225	28.071
Auxílio alimentação	177.531	125.734
Auxílio creche, transporte e exames médicos	25.066	51.768
	4.971.666	3.772.019
b. Consultoria		
Consultoria especializada	1.527.913	375.645
	1.527.913	375.645
	6.499.579	4.147.664

17. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2021 foi contratada em valores que a administração julga suficiente para fazer face aos riscos associados aos respectivos ativos. Os bens segurados, no ramo de multiseuro empresarial, abrangem as localidades de São Paulo, Macapá, Oiapoque e Santarém.

Não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, o exame das premissas de riscos adotadas pelo Instituto.

A seguir, são demonstrados os valores segurados:

<u>Cobertura</u>	<u>São Paulo</u>	<u>Macapá</u>	<u>Oiapoque</u>	<u>Santarém</u>
Básica	150.000	130.000	120.000	120.000
Roubo de bens	30.000	25.000	20.000	20.000
Vendaval	10.000	8.000	12.000	12.000
Danos elétricos	15.000	15.000	15.000	15.000